

Daniel Ustárroz



INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

2ª EDIÇÃO
revista e atualizada
de acordo com o CPC/2015



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2018

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draíton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
José Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U88i Ustárróz, Daniel

Intervenção de terceiros / Daniel Ustárróz. – 2.ed. rev. e atual. de acordo com o CPC/2015. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

126 p., 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-9590-040-0

1. Intervenção de terceiros: processo civil. 2. Assistência.
3. Denúnciação da lide. 4. Chamamento ao processo. 5. des-
consideração da personalidade jurídica. 6. Amicus curiae.
I. Título.

CDU 347.921.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Intervenção de terceiros: Processo Civil

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB 10/652)

Sumário

Apresentação.....	13
Capítulo 1.....	15
1.1. A valorização dos ideais de efetividade e segurança.....	15
1.2. A atuação das partes e dos terceiros no processo.....	18
1.3. Razão de ser da intervenção de terceiros.....	22
1.4. A multifuncionalidade das intervenções de terceiros.....	24
1.5. Tendência ao reconhecimento da fungibilidade entre as modalidades de intervenção em favor do acesso à justiça.....	25
Capítulo 2 – Da assistência.....	28
2.1. Da assistência.....	28
2.2. Aferição do “interesse jurídico”.....	30
2.3. Espécies de assistência.....	31
2.3.1. Assistência simples.....	32
2.3.2. Assistência litisconsorcial.....	34
2.4. Tempo e procedimento padrão da assistência.....	37
2.5. Extensão dos poderes dos assistentes.....	39
2.6. Assistência da União Federal.....	41
2.7. O efeito da intervenção e a coisa julgada na assistência.....	44
Capítulo 3 – Da denunciação da lide.....	46
3.1. Funções da denunciação da lide.....	46
3.2. A facultatividade da denunciação no CPC/2015.....	48
3.3. Análise das hipóteses legais de denunciação da lide.....	50
3.4. Da denunciação da lide pelo Estado do funcionário causador do dano.....	54
3.5. Análise do procedimento da denunciação da lide.....	56
3.6. Da formação do litisconsórcio passivo e a admissibilidade da condenação direta do litisdenunciado.....	58
3.7. Da sentença na denunciação da lide.....	63
3.8. Tema delicado: a sucumbência, em especial os honorários advocatícios.....	64
3.9. A admissibilidade da denunciação sucessiva.....	66
Capítulo 4 – Do chamamento ao processo.....	67
4.1. Conceito e função do chamamento.....	67

4.2. Hipóteses de cabimento do chamamento ao processo.....	70
4.3. A crise das obrigações solidárias.....	73
4.4. Peculiaridades do procedimento.....	75
4.5. O chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	77
4.6. O chamamento atípico dos codevedores de alimentos (interpretação do art. 1.698, CC).....	80
Capítulo 5 – Do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	87
5.1. Breve histórico do instituto.....	87
5.2. A desconconsideração da personalidade jurídica no Código Civil.....	88
5.3. A desconconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor.....	92
5.4. O mérito do “incidente de desconconsideração da personalidade jurídica”.....	96
5.5. Análise do procedimento previsto no NCPC.....	98
Capítulo 6. Amicus curiae	104
6.1. A recepção do <i>amicus curiae</i> no direito processual brasileiro.....	104
6.2. O amadurecimento do <i>amicus curiae</i> no sistema de controle de constitucionalidade.....	108
6.3. Requisitos necessários para a admissão do <i>amicus curiae</i> perante o Supremo Tribunal Federal.....	110
6.3.1. Representatividade do postulante.....	110
6.3.2. Relevância da fundamentação (intensificação do contraditório).....	111
6.4. A recepção do <i>amicus curiae</i> pelo CPC/2015.....	112
Referências bibliográficas.....	115
Anexo – Artigos relativos à intervenção de terceiros no CPC/2015.....	123